

Os ônibus *pedem* passagem



Prefeitura da Capital faz aposta em faixas exclusivas para coletivos para melhorar sistema de transporte. Medida, que é positiva, precisa ser ampliada e acompanhada de mais investimentos no setor e planejamento urbano, alertam engenheiros.

Página 5



Boas novas: CRESCEM AS MATRÍCULAS EM ENGENHARIA

DADOS DO CENSO do ensino superior referentes a 2012, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) no dia 17 de setembro, trazem uma boa notícia. As matrículas em engenharia foram as que mais cresceram, registrando aumento de 16,6% em relação a 2011. Com isso, o total de ingressantes na área denominada “engenharia, produção e construção” somou 885.912, contra os 759.873 do ano anterior. Os concluintes desse grupo (que inclui engenheiros, mas também arquitetos e tecnólogos, entre outras categorias) chegaram a 74.539. Ainda registrando uma enorme diferença entre os que entram nesses cursos e os que se graduam efetivamente, também houve aí uma melhora significativa.

Eng. Murilo Celso
de Campos Pinheiro
Presidente

O resultado alvissareiro foi destacado pelo ministro da Educação, Aloizio Mercadante. “O segmento que mais cresce em número de matrículas são os cursos tecnológicos. Isso tem muito a ver com o atual momento do Brasil, com o mercado de trabalho aquecido”, afirmou, durante a apresentação do censo, em Brasília. E também não escapou à presidente Dilma Rousseff, que ressaltou em palestra a investidores no dia 25 de setembro, em Nova York: “É importante que os senhores percebam o grande desafio que é um país que formava mais advogados do que engenheiros e que hoje pela primeira vez está formando mais engenheiros do que advogados.”

De fato, a novidade aponta o salutar interesse pelas profissões ligadas eminentemente ao desenvolvimento e representa uma conquista estratégica para o País. Conforme vimos alertando desde 2006, no âmbito no projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” (www.crescebrasil.com.br), é vital à nação dispor de mão de obra qualificada e apta a enfrentar as tarefas ligadas aos avanços necessários na infraestrutura e indústria nacionais. Portanto, é um desafio a ser vencido ampliar esse contingente e garantir-lhe formação de qualidade.

Ciente disso, a Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) e seus sindicatos filiados passaram a defender a bandeira por mais e melhores profissionais. Um esforço singelo, porém focado, foi a produção de um vídeo voltado aos alunos do ensino médio que visava apresentar a profissão e estimular a opção por ela. Intitulado “Mais engenheiros para construir o Brasil” (<http://migre.me/gdcar>), o trabalho traz informações sobre as cinco grandes áreas – civil, elétrica, mecânica, química e agronomia. Em cerca de 20 minutos, apresenta entrevistas com graduandos,

profissionais bem colocados no mercado e professores experientes falando sobre as atribuições em cada modalidade, o ensino e perspectivas futuras. De mais fôlego e na mesma sintonia está a criação pelo SEESP do Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), hoje em fase final de credenciamento junto ao Ministério da Educação. A escola oferecerá em breve o

O aumento de 16,6% entre 2011 e 2012 aponta o salutar interesse pelas profissões ligadas eminentemente ao desenvolvimento e representa uma conquista estratégica para o País.

primeiro curso de Engenharia de Inovação do Brasil, visando a excelência no ensino. A ideia é propiciar aos estudantes uma educação de altíssima qualidade que os prepare para os desafios do mundo real e os torne aptos a buscar as soluções que o País precisa.



JORNAL DO ENGENHEIRO — Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Laerte Conceição Mathias de Oliveira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edilson Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brízida, Marcos Wanderley Ferreira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior e Rubens Lansac Patrão Filho. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Repórteres: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva e Rosângela Ribeiro Gil. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eitel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Revisora: Soraya Misleh. Apoio à redação: Luís Henrique Costa e Monique Alves. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Tiragem: 31.000 exemplares. Fotolito e impressão: Folha Gráfica. Edição: 1º a 15 de outubro de 2013. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.

ELABORADO A
ANATEC
PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS



Os RISCOS OCLUSOS

Roberto Pereira D'Araújo

O SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO, um dos mais vantajosos no planeta pela disponibilidade de recursos naturais, por incrível que pareça, está em crise. Desde 1995, quando o País resolveu seguir a moda da década e achar que, mesmo com tantas diferenças físicas, poderia mimetizar o sistema inglês, a regulamentação não tem estabilidade. A cada mês, novas regras são editadas, tornando as leis do setor um verdadeiro labirinto.

Essa é a pior situação que pode ser imaginada quando se depende de capitais privados para garantir um suprimento adequado para uma nação em evolução.

A origem do problema é uma espécie de colonização de mentes que tomou conta dos empresários, de parte dos técnicos e da mídia. No fundo, todos sabem que o sistema brasileiro é absolutamente singular. Aqui, somos interligados de norte a sul e, brevemente, de leste a oeste sobre distâncias de mais de 4 mil km. Somos os líderes absolutos dos recursos hídricos, temos diversidades climáticas entre regiões e somos um país tropical. A nossa capacidade de reservar água, apesar de decrescente em relação às nossas necessidades, ainda é recorde no planeta. Somos capazes de “guardar” o equivalente a 220TWh nos nossos reservatórios. Quantos sistemas contam com esse estoque?

No entanto, essa imensa vantagem está no centro dos problemas que enfrentamos, chegando a ser demonizada por alguns. Tudo isso porque resolvemos adotar uma imitação de um sistema térmico. Nesses, com pequenas diferenças, uma usina vende o kWh realmente produzido. Se seu preço é alto, ela não gera e não comercializa energia.

Aqui, justamente pelo fato de termos uma reserva compartilhada, para melhor

geri-la, o operador nacional adota as mais diversas e variáveis configurações de geração. Assim, não se sabe quanto cada usina vai produzir e para quem está vendendo. A geração de uma usina pode ir a zero e ela continuar a “vender” energia.

Evidentemente, quando se adota um modelo que fixa um valor único para cada usina, como se fosse uma capacidade de vender kWh, cria-se um enorme problema de fechamento de contas com o mundo real. O tamanho do texto me impede de explicar os mecanismos envolvidos, mas posso assegurar que nem na mecânica quântica há a complexidade que existe nessa contabilidade.

O problema da metodologia que emite esse “selo” chamado “garantia física” por usina é que ela supõe um futuro e um nível de segurança para a operação. Mas, seguidamente, a operação real mostra-se cada vez mais pessimista do que a hipótese embutida na emissão do selo. O resultado é que selos mais antigos estão estimados acima do que seriam se fossem reavaliados. Isso significa que estamos correndo riscos, pois faltam usinas.

O apagão do Nordeste tem óbvias relações com o fato de que, mesmo sob hidrologia ruim, adiou-se o despacho de térmicas, para “não estragar” o anúncio da medida provisória das tarifas em 11 de setembro de 2012. Estranhamente, logo após a declaração, as térmicas foram despachadas ao máximo. Evidentemente, esvaziaram-se os reservatórios do São Francisco e, quase um ano depois, não havia água suficiente para reagir ao evento de perda do suprimento do Sudeste.

Esse é o perigo que não é percebido pela maioria dos brasileiros.

Roberto Pereira D'Araújo é engenheiro electricista e diretor do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Elétrico (Ilumina)



Qual o horizonte que sua empresa quer alcançar?

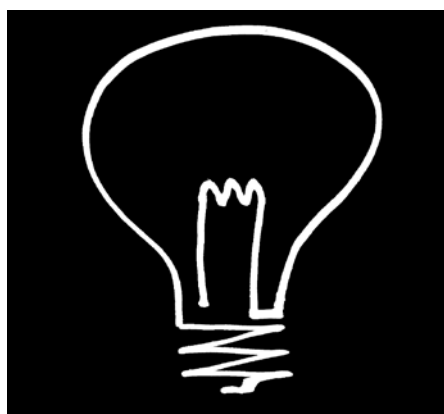
Divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.

Anuncie aqui!

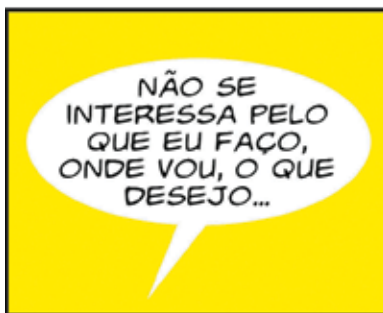
(11) 99173-0651

(11) 3284-9880

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros. Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo “entidade de classe”. Com isso, você destina 16% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.



DISCUTINDO A RELAÇÃO





TODOS *contra* O PL DA TERCEIRIZAÇÃO

Rosângela Ribeiro Gil

O MOVIMENTO SINDICAL, ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST), as associações nacionais dos Procuradores do Trabalho (ANPT) e dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), entre outras entidades sociais, cerraram fileiras contra a votação do Projeto de Lei (PL) 4.330/04 na Câmara dos Deputados e pelo seu arquivamento.

A matéria, caso aprovada conforme o relatório do deputado Arthur Maia (PMDB-BA), estenderá a terceirização às atividades-fim, resultando em precarização das relações do trabalho e perda de direitos históricos. Correm risco até mesmo regras previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O esforço manteve o assunto fora da pauta das comissões ao longo do mês de setembro, mas ainda é preciso derrotar a ameaça definitivamente, o que exigirá a continuidade da mobilização. “Essa é uma pauta prioritária hoje para todos nós”, ressalta o presidente do SEESP, Murilo Celso de Campos Pinheiro. Ele lembra que a proposta como está, que representa grave retrocesso, pode atingir a todos os trabalhadores, inclusive os engenheiros envolvidos diretamente com desenvolvimento e produção nas empresas.

Na avaliação do presidente da Anamatra, Paulo Luiz Schmidt, o projeto, que visa exclusivamente a redução de custos para as empresas, “é uma tragédia”. “O que era ex-

ceção pode virar regra, e isso aumentará drasticamente a concentração de renda e diminuirá o fator trabalho na renda nacional”, adverte. Ele observa ainda que o Brasil estaria na contramão do mundo, porque países como Chile, Argentina, México, Portugal, Espanha, Itália e França possuem a terceirização regulamentada e restrita, “porém todos com responsabilidade solidária”, que traz obrigações com respeito às regras trabalhistas à empresa que contrata empregados terceirizados por meio de outras.

Conforme lembra Adílson Araújo, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), esse foi exatamente um dos pontos inegociáveis por parte do setor patronal, durante a mesa quadripartite – que reuniu empresários, centrais sindicais, governo e Parlamento, nos meses de junho e agosto. “Os patrões querem a responsabilidade subsidiária, porque ela significa a sonogação de direitos”, denuncia. O advogado trabalhista Thiago Barison explica que esse subterfúgio dificulta ao terceirizado receber o que lhe é devido. Isso porque se as empresas que de fato realizam a atividade econômica só respondem subsidiariamente, será preciso esgotar sucessivas tentativas de execução para se chegar a quem tem bens. “Até lá, fica mais fácil pressionar o trabalhador a aceitar acordos ruins”, critica.

Desmonte

Outra preocupação é com a extinção das categorias profissionais, o que, na prática, acabará com a representação sindical. O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de

Azevedo Lima, questiona como reunir numa mesma luta trabalhadores de funções e com perspectivas profissionais diferentes. “Isso inviabiliza a negociação salarial de direitos e a própria liberdade sindical.”

Para o advogado Barison, um dos propósitos da terceirização é confundir a relação trabalhista, inserindo um terceiro elemento, que simplesmente se encarrega de contratar e pagar. “Ou seja, separa-se a produção da contratação.”

“PL 4.330 significará uma tragédia para a classe trabalhadora do País”, adverte o magistrado Paulo Luiz Schmidt.

Os presidentes da ANPT e da Anamatra concordam que outro problema da terceirização, já em vigor no País, é a falta de isonomia de salários e de condições de trabalho entre o empregado direto e o terceirizado. A questão não é alterada no PL 4.330/04, por isso, Schmidt realça que o projeto segue uma lógica mercantilista e de estímulo à terceirização de forma irresponsável e sem freios. Lima aprofunda as críticas ao PL dizendo que a força de trabalho não pode ser tratada como uma mercadoria. “A intermediação de mão de obra é vedada, inclusive por convenções internacionais.”



Beatriz Arruda

Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) também está na luta contra o PL.

DELEGACIAS DO SINDICATO – ALTA MOGIANA: Av. Mogiana, 1.885 – Ribeirão Preto – CEP: 14075-270 – Tels.: (16) 3628-1489 - 3969-1802 – E-mail: altamogiana@seesp.org.br. ALTO TIETÊ: R. Coronel Souza Franco, 720 – CEP: 08710-020 – Tel./fax: (11) 4796-2582 – E-mail: seesp.mogidascruzes@terra.com.br. ARAÇATUBA: R. Antônio Pavan, 75 – CEP: 16020-380 – Tel.: (18) 3622-8766 – E-mail: aracatuba@seesp.org.br. ARARAQUARA: R. São Bento, 700 – 10º and. – sala 103 – CEP: 14800-300 – Tel./Fax: (16) 3322-3109 – E-mail: araraquara@seesp.org.br. BAIXADA SANTISTA: Av. Senador Pinheiro Machado, 424 – Santos – CEP: 11075-000 – Tel./Fax: (13) 3239-2050 – E-mail: baixadasantista@seesp.org.br. BARRETOS: Av. Cinco, nº 1.145 – CEP 14783-091 – Telefones: (17) 3322-7189 - 3324-5805 - 3322-8958 – E-mails: barretos@seesp.org.br - seespbarretos@uol.com.br - seespbarretos@gmail.com. BAURU: Rua Constituição, 8-71 – CEP: 17013-036 – Tel./Fax: (14) 3224-1970 – Página: seesp.org.br/bauru.html – E-mail: secretaria@seesp.org.br. BOTUCATU: R. Rangel Pestana, 639 – CEP: 18600-070 – Tel./Fax: (14) 3814-3590 – E-mail: botucatu@seesp.org.br. CAMPINAS: Av. Júlio Diniz, 605 – CEP: 13075-420 – Tels.: (19) 3368-0204 / 0205 / 0206 – E-mail: campinas@seesp.org.br. FRANCA: R. Voluntário Jaime de Aguiar Barbosa, 1.270 – CEP: 14403-365 – Tels.: (16) 3721-2079 - 3722-1827 – E-mail: franca@seesp.org.br. GRANDE ABC: R. Haddock Lobo, 15/19 – Santo André – CEP: 09040-340 – Tel.: (11) 4438-7452 – Fax: (11) 4438-0817 – E-mail: abc@seesp.org.br. GUARATINGUETÁ: R. Pedro Marcondes, 78 – sala 34 – CEP: 12500-340 – Tel./Fax: (12) 3122-3165 – E-mail: guaratingueta@seesp.org.br. JACAREÍ: Av. Pensilvânia, 531 – CEP: 12300-000 – Tel./Fax: (12) 3952-4840 – E-mail: jacarei@seesp.org.br. JUNDIAÍ: R. Prudente de Moraes, 596 – CEP: 13201-004 – Tel.: (11) 4522-2437 – E-mail: jundiaiseesp@terra.com.br. LINS: Rua Rio Branco, 273 – Ed. Galeria Torre de Lins – 9º andar – Sala 94 – Centro – Lins/SP – CEP: 16400-085 – Tel.: (14) 3522-2119 – E-mail: seesplins@terra.com.br. MARÍLIA: R. Carlos Gomes, 312 – cj. 52 – CEP: 17501-000 – Tel./Fax: (14) 3422-2062 – E-mail: seespmar@uol.com.br. PINDAMONHANGABA: R. Dr. Rubião Junior, 192 – 3º andar – sala 32 – CEP: 12400-450 – Tel./Fax: (12) 3648-8239 – E-mail: pinda@seesp.org.br. PIRACICABA: R. Benjamin Constant, 1.575 – CEP: 13400-056 – Tel./Fax: (19) 3433-7112 – E-mail: piracicaba@seesp.org.br. PRESIDENTE PRUDENTE: R. Joaquim Nabuco, 623 – 2º andar – sala 26 – CEP: 19010-071 – Tel./Fax: (18) 3222-7130 – E-mail: pprudente@seesp.org.br. RIO CLARO: Rua Cinco, 538 – Salas 1 e 2 – Centro – CEP 13.500-040 – Tel./Fax: (19) 3534-9921 – E-mail: rioclaro@seesp.org.br. SÃO CAETANO DO SUL: Estrada das Lágrimas, 1.708 – Tel.: (11) 2376-0429 – E-mail: saocaetano@seesp.org.br. SÃO CARLOS: R. Rui Barbosa, 1.400 – CEP: 13560-330 – Tel./Fax: (16) 3307-9012 – E-mail: scarlos@seesp.org.br. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: R. Paulo Setubal, 147 – sala 31 – CEP: 12245-460 – Tel.: (12) 3921-5964 – Fax: (12) 3941-8369 – E-mail: seesspc@uol.com.br. SÃO JOSÉ DO RIO PRETO: Alameda das Orquídeas, 150 – CEP: 15061-150 – Tel./Fax: (17) 3232-6299 – E-mail: sjriopreto@seesp.org.br. SOROCABA: R. da Penha, 140 – CEP: 18010-000 – Tel./Fax: (15) 3231-0505 / 3211-5300 – E-mail: sorocaba@seesp.org.br. TAUBATÉ: Rua Venezuela, 271 – CEP: 12030-310 – Tels.: (12) 3633-5411 - 3631-4047 – Fax: (12) 3633-7371 – E-mail: taubate@seesp.org.br.

Mais faixas exclusivas DE ÔNIBUS EM SÃO PAULO

Soraya Misleh

NO DIA 23 DE SETEMBRO, a Prefeitura da Capital inaugurou 20,4km de faixas exclusivas de ônibus, em diferentes bairros. Agora, são 170km. A promessa é de chegar aos 220km até o final do ano. Quanto aos corredores exclusivos, a pretensão é passar dos atuais 130km para 280km até o final do mandato de Fernando Haddad. O tema esteve em pauta durante a Semana da Mobilidade 2013, realizada pela Secretaria Municipal de Transportes entre 18 e 25 do mesmo mês, na sede do SEESP, em São Paulo.

Abordada na tarde do dia 24, a contribuição para solucionar o caos na mobilidade urbana que predomina na cidade é defendida por técnicos do setor. Edilson Reis, diretor do sindicato, afirma: “É um começo, mas é necessário avançar.” Ele destaca que o ideal seria ter cerca de 350km de corredores exclusivos – o equivalente a 30km por milhão de habitantes.

Além disso, a proposta do SEESP, apresentada por Reis durante o painel, inclui o compartilhamento de todos os modais de transporte, a aproximação do emprego da moradia e vice-versa, diminuindo a necessidade de deslocamentos diários, em articulação com as políticas de uso e ocupação do solo, habitação e meio ambiente. A cidade também não pode ser pensada isoladamente; é mister que o planejamento seja feito sob a ótica da integração metropolitana. Reis destaca ainda que no longo prazo é necessário que o sistema metroferroviário supere o sobre pneus como principal opção de transporte coletivo, como ocorre em diversos países do mundo. Atualmente, os ônibus – que ocupam 4.500km dos 17.500km do viário – são o principal meio.

Hoje, a cidade convive diariamente com uma frota individual regular de 7 milhões de automóveis, além de 3 milhões irregulares, apontou Ailton Brasiliense Pires, presidente da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP), durante o seminário. O resultado, como pontuou Reis, são congestionamentos diários de 100km por faixa em média. A consequência é fruto de uma política desenvolvida nos anos 1950 em detrimento do transporte coletivo. Contribuiu a tal realidade nefasta, como explicitou Brasiliense, o crescimento desordenado

vertiginoso da cidade entre 1900 e 1950 e o abandono dos bondes, que do início do século XX até 1917 somavam 220km. “Houve um plano de adensamento da Light que permitiu que ela tivesse o máximo lucro. Conformou-se um emaranhado e o número de automóveis, que era 70 mil, se multiplicou por cem ou mais”, salientou ele.

Diante desse quadro, o presidente da ANTP foi categórico: “É preciso ter uma ou muitas faixas de ônibus.” Brasiliense defendeu ainda a necessidade de integração entre os corredores exclusivos. Ao encontro do que propugna o SEESP, afirmou que a política de mobilidade precisa ser articulada com as de desenvolvimento urbano, com visão metropolitana. E ressaltou a importância da ampliação da rede metroferroviária, que hoje soma cerca de 70km.

Planos municipais

Destacando que são feitas na Capital 18 milhões de viagens por dia, Ana Odila de Paiva, diretora de planejamento de transporte da São Paulo Transporte (SPTrans), apontou o gargalo da concentração da demanda para o centro da cidade. Segundo ela, metade do total passa por ali para fazer transferências e cerca de 1 milhão/dia têm a região como destino. Do total, 10 milhões de viagens são feitas por transporte coletivo – 81% por ônibus, 22% por metrô e 11% por trem. “É preciso qualificar o sistema de ônibus”, enfatizou. De acordo com Reis, pesquisa revela que 79% dos cidadãos abdicariam do automóvel se houvesse boa alternativa em transporte público.

Na concepção de Paiva, esse resultado seria possível com faixas exclusivas alcançando 1.200km do viário estrutural de interesse coletivo. Assim, estariam nos planos

municipais priorizar esse tipo de transporte nos investimentos públicos e na ordenação do espaço viário. “A rede de corredores prevista para os próximos 12 anos é de 460km. O projeto para os próximos quatro anos é de mais 200km.”

Além disso, Paiva indicou a necessidade de se garantir ônibus onde não existem, utilizando-se toda a capacidade viária para montar uma rede conectada. E de se organizar o serviço, por exemplo colocando os pontos próximos dos cruzamentos e diminuindo a sobreposição de linhas e modais. “Serão mais 18 terminais nos próximos quatro anos e os existentes serão requalificados.” A diretora da SPTrans revelou também o projeto da Prefeitura de assegurar esse transporte coletivo em período integral, servindo os cidadãos inclusive de madrugada. Todo o trabalho é articulado com a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET). Conforme Joaquim Carlos Mendes, superintendente de engenharia da empresa, 70% da operação dessa está por conta das faixas exclusivas.

Entre os planos da Prefeitura, está ainda o Arco do Tietê, que abrange estratégias e projetos para os próximos 30 anos no entorno do Rio Tietê. A proposta foi apresentada por Gustavo Partezani, diretor de desenvolvimento da SP Urbanismo. Segundo sua fala, o objetivo é diminuir distâncias e aproximar o trabalho da residência do cidadão, desenvolvendo a região Norte, qualificando a área e solucionando a ineficiência do transporte nas marginais.

Cidade deve contar com 220km até final do ano. Para técnicos do setor, medida é importante, mas é preciso ir além.



Na Semana da Mobilidade, os palestrantes Mendes, Paiva, Brasiliense, Partezani e o mediador Edilson Reis debatem a questão das faixas exclusivas e dos corredores de ônibus na cidade.



Decidir para onde vão os recursos públicos

Soraya Misleh

A CARGA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA equivale a cerca de 36% do Produto Interno Bruto (PIB) – em 2012, a arrecadação foi de R\$ 1,59 trilhão, superando em 7,03% a obtida no ano anterior. Objeto de estudo divulgado no primeiro semestre deste ano pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), o montante compõe o orçamento público, definido anualmente pelo Estado.

No País, esse processo carece da participação da sociedade. “Quem sustenta o aparato do Estado, que precisa investir em educação e saúde pública, fazer obras, quem paga os salários dos prefeitos, vereadores, deputados é a população [mediante tributos]. Mas a maior parte das pessoas não tem essa consciência. Esse é um debate fundamental. A questão do orçamento público é crucial para o desenvolvimento da cidadania no País”, destaca o economista e professor universitário Odilon Guedes. Na sua concepção, o processo é muito bem feito e organizado do ponto de vista dos projetos. Por exemplo, os prefeitos de todo o Brasil deveriam enviar até 30 de setembro seus planos plurianuais com a definição de investimentos por quatro anos. “Mas as pessoas não vão às audiências públicas, porque ignoram sua realização e funcionamento. Os poderes não divulgam isso com clareza.”

Com o objetivo de contribuir para informar a sociedade, de modo que amplie sua participação na definição dos gastos públicos, ele lançou em 10 de setembro, na Livraria da Vila, na Capital paulista, o livro “Orçamento público e cidadania” (LF Editorial, 120 páginas). Escrita em linguagem acessível e didática, a publicação é dividida em quatro capítulos, em que são abordados a importância do tema, as leis para elaboração do processo no município, execução e transparência do orçamento. Guedes observa que nos países desenvolvidos a sociedade é muito mais atuante e acompanha as discussões de perto, por ter mais conhecimento sobre o assunto. Esclarecer os brasileiros e torná-los partícipes pode fazer a diferença na destinação dos recursos. “O orçamento é limitado, tem que saber para onde está indo aquele dinheiro. Só para se ter uma ideia, o governo federal tem gasto todo ano cerca

de R\$ 250 bilhões em pagamento de juros da dívida pública. A maioria das pessoas não sabe disso. Com esse recurso, que vai para o mercado financeiro, daria para resolver tudo quanto é problema no Brasil. Por outro lado, se você aumenta o salário mínimo, fala-se que não vai ter dinheiro para a Previdência pagar os aposentados”, aponta.

No orçamento, observa, estão discriminadas as receitas e despesas. Portanto, é o retrato da opção política, “a cara do governo”. Acessando os dados e sabendo como funciona a dinâmica e as leis que o definem, a população poderá interferir para mudar a política econômica atual e pressionar pelo combate ao rentismo, bem como à corrupção. E assim garantir mais dinheiro para a “educação e saúde públicas de qualidade, investimentos em infraestrutura, estradas, portos”.

Injustiça

Os cidadãos podem ainda reivindicar reforma tributária que altere a lógica vigente. “O Brasil é um dos países mais injustos em relação à carga tributária, porque a maior parte dela é indireta.” Em seu livro, ele cita estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) relativo a 2004 a 2008 que indica que quem ganha dois salários mínimos paga cerca de 53% de tributos, enquanto quem recebe mais de 30 arca com 29%. Consequen-

temente, o empregado na primeira situação precisa trabalhar 197 dias para pagar os tributos e na segunda, 106 dias. Guedes dá um exemplo que serve para explicar a diferença: “Trinta e oito por cento do valor de uma televisão corresponde a tributos. Ao comprá-la, quem ganha mil reais ou R\$ 20 mil pagará os mesmos R\$ 380,00. Então, uma parcela enorme do que a população de baixa renda ganha destina-se ao pagamento de tributos.”

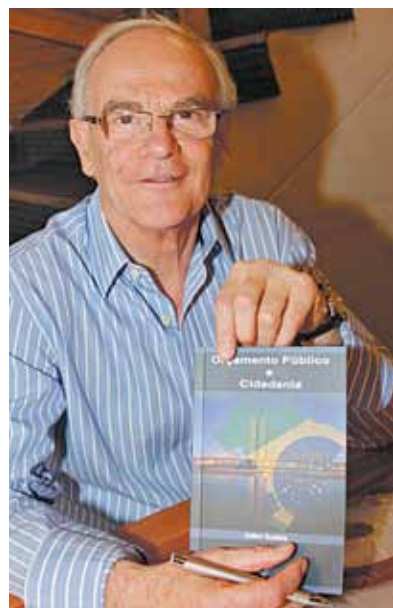
Sociedade deve ter informação sobre importância do orçamento público e participar de sua definição, diz economista.

Ele faz um passeio pela história mundial que serve de alerta para a importância da questão. “Já culminou em revoluções em tudo quanto é lugar. O 4 de julho de 1776 [data da Independência dos Estados Unidos] faz lembrar que a gota d’água para a guerra de libertação contra os britânicos foi a cobrança do imposto sobre o chá.” No Brasil, Guedes destaca que seu efeito também motivou a Inconfidência Mineira (1789) e a Guerra dos Farrapos (1835-1845), por exemplo.

Distribuição da carga tributária bruta, segundo faixa de salário mínimo

Renda mensal em salário mínimo	Carga tributária bruta % 2004	Carga tributária bruta % 2008	Dias destinados ao pagamento de tributos
até 2	48,8	53,9	197
2 a 3	38	41,9	153
3 a 5	33,9	37,4	137
5 a 6	32	33,3	129
6 a 8	31,7	35	128
8 a 10	31,7	35	128
10 a 15	30,5	33,7	123
15 a 20	28,4	31,7	115
20 a 30	28,7	31,7	116
mais de 30	26,3	29	106

Fonte: CTB, segundo CFP/Dimac 32,8 / 36,2 e 132. Carga tributária por faixas de renda, 2004: Zockun et alli (2007); Carga tributária bruta 2004 e 2008: CFP/Dimac/Ipea; carga tributária por faixas de renda.



Beatriz Arruda

Odilon Guedes lança livro sobre orçamento público e cidadania em São Paulo.

Novidades

Aprenda inglês no Wise Up

Curso de inglês em 18 meses para adultos, através do método adotado pelo Wise Up. O aluno aprende o idioma falado no dia a dia: o vocabulário, as expressões e as regras gramaticais para comunicar-se com um nativo da língua. São mais de 60 unidades na Capital, cujas informações estão disponíveis no *site* <http://wiseup.com/escolas-de-ingles>. O preço da matrícula é de R\$ 465,00;

Estude na FMU

O Complexo Educacional das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) oferece cursos de graduação, graduação tecnológica, pós-graduação (especialização, MBA ou a distância), extensão e outros. Associados ao SEESP e seus dependentes têm isenção da taxa de inscrição para o vestibular, mediante solicitação pelo *e-mail* angelo.martins@fmu.br ou pelos telefones (11) 3346-6208/6255, e descontos que vão de 10% a 50% nas matrículas e mensalidades, dependendo da forma de pagamento e do curso.

Mestrado e doutorado no Mackenzie

Estão abertas as inscrições para o processo seletivo 2013/2014 do programa de pós-graduação *stricto sensu*, mestrado e doutorado, até o próximo dia 5 de novembro. As inscrições e os editais sobre os cursos estão disponíveis nos *links* www.mackenzie.br/mestrado_processo-seletivo.html e www.mackenzie.br/doutorado_processoseletivo.html. Mais informações pelo telefone (11) 2114-8000. Desconto de 10% não cumulativo nas mensalidades aos associados.

Perícia judicial ambiental

Esse é o tema do curso presencial para profissionais da área ambiental e engenheiros a ser ministrado por Rui Jesus Juliano de 4 a 8 de novembro, das 19 às 23h, no Conselho Regional de Química, localizado na Rua Oscar Freire, 2.039, Pinheiros, na Capital paulista. Mais informações pelo telefone (53) 3231-3622, *e-mail* fernanda@manualdepericias.com.br e no *site* www.manualdepericias.com.br. Há ainda opções de cursos em outros estados. Desconto de 10% aos associados.

mensalidade, R\$ 372,00, já com desconto de 20% nos pagamentos até o dia 5 de cada mês. Há ainda opções em cidades do Interior de São Paulo e em outros estados. Mais informações e matrículas fora da Grande São Paulo com Helen Drolhe pelos telefones (11) 5103-3443, 98625-3227, 7791-6677 ID 117*65537 e *e-mail* helendrolhe@gmail.com.

Pousadas em Paraibuna e Itanhaém

Uma opção de hospedagem é na Pousada Iguatiba, com pensão completa incluída na diária. Fica na Rodovia dos Tamoios, km 50/Estrada Doutor Zélio Machado Santiago, km 2, Macaco, em Paraibuna (SP). Mais informações pelos telefones (12) 3974-7139/7216, (11) 7768-4217, ID: 100*119650 e no *site* www.pousadaiguatiba.com.br. Desconto de 25%.

Paraíso Eco Lodge

Localizado em Ribeirão Grande, no sul do Estado de São Paulo, encontra-se o Paraíso Eco Lodge, uma opção de hospedagem com café da manhã incluído na diária. As instalações contêm bangalôs decorados com peças da Ásia, chalés com estilo de cabanas montanhosas e cabanas com objetos e artefatos tribais. Além de área com mais de 700m² com *pub*, salão de jogos, restaurante com gastronomia brasileira, internacional e outros. Mais informações pelos telefones (15) 3542-4525, (11) 98613-1313, *e-mail* gilberto@brasilparaíso.com e no *site* www.brasilparaíso.com. Desconto de 15%.

Convênios

- **Century Paulista** – Diária com café da manhã. Rua Teixeira da Silva, 647, Paraíso, Capital. Informações pelos telefones (11) 3882-9977, 0800-179977, *e-mail* reservas@centuryflat.com.br e no *site* www.centuryflat.com.br. Desconto de 10%.
- **Century Jardins** (antigo Lorena Hotel) – Diária com café da manhã. Avenida Rebouças, 955, Cerqueira César, na Capital paulista. Informações pelos telefones (11) 3069-0000, *e-mail* reservas@lorenahotel.com.br e no *site* www.lorenahotel.com.br. Desconto de 10%.

Atenção: os benefícios SEESP são válidos para associados de todo o Estado.

Consulte relação completa no *site* www.seesp.org.br

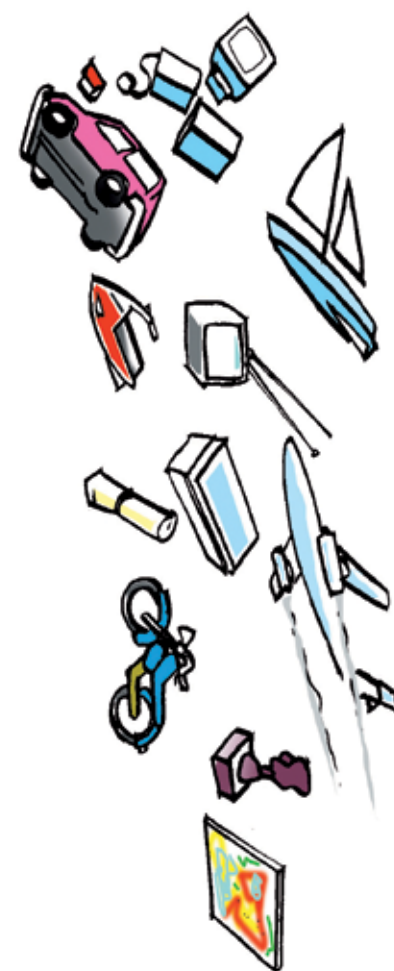
Produtos da Paola Pains

Loções, perfumes, cremes, sabonetes, livreto sobre reflexologia, massageadores e toucas plásticas podem ser adquiridos na Paola Pains – produtos voltados para o bem-estar. Mais informações com Sueli Corrêa pelo telefone (11) 4616-1148, *e-mail* paolapaini@paolapaini.com.br e no *site* www.paolapaini.com.br. Desconto de 15%.

Outra dica é a Pousada Vesúvio, com café da manhã incluso na diária. Localiza-se na Avenida Doutor Edson Baptista de Andrade, 444, Cibratel 1, em Itanhaém (SP). Mais informações pelo telefone (13) 3426-1551, *e-mail* reservas@pousadavesuvio.com.br e no *site* www.pousadavesuvio.com.br. Descontos de 30% (para casal) e 20% (filhos ou acompanhantes). Criança com até quatro anos, isenta. Pagamento em duas parcelas.

Serviços médicos na Vila Matilde

Fisioterapia motora neurológica, ortopédica, oncológica, reumatológica e reeducação postural global (RPG) estão entre as especialidades médicas disponíveis aos associados no Centro de Reabilitação e Integração Física (Crif). Além de psicologia, fonoaudiologia, acupuntura e serviços de limpeza de pele, drenagem linfática, massoterapia, pilates, reflexologia, podologia e outros. Fica na Rua Coronel Pedro Dias de Campos, 1.064, Vila Matilde, na Capital paulista. Mais informações pelo telefone (11) 2651-2852, *e-mail* criferapia@yahoo.com.br e no *site* www.crif.com.br. Desconto de 30%.



Assenag comemora 47 anos de vida

A Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Bauru (Assenag) comemorou, no dia 14 de setembro, seus 47 anos de vida com a tradicional Noite Alemã. A festa foi prestigiada pelos filiados e contou com toda a diretoria da entidade.

História

Em agosto de 1966, um grupo desses profissionais de Bauru, liderados pelo engenheiro José da Silva Martha Filho, entregou em mãos a todos os engenheiros e arquitetos a circular de número 1, convocando para assembleia de fundação da Assenag, no dia 12 de agosto daquele mesmo ano, na sede da Associação dos Engenheiros da Estrada de Ferro do Noroeste do Brasil (NOB).

Engenharia de Segurança do Trabalho realiza congresso em novembro

O auditório Paulo Kobayashi, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, recebe nos dias 27 e 28 de novembro a 15ª edição do Congresso Nacional de Engenharia de Segurança do Trabalho. Em pauta, o marco regulatório da atividade, aprovado em novembro de 2012, cujas diretrizes nortearão a atuação dos profissionais da área nos próximos dez anos. O congresso, portanto, objetiva debater

SEESP ajuizará ação coletiva para buscar perdas do FGTS

O sindicato entrará com ação coletiva na Justiça Federal de São Paulo, em nome dos seus associados, contra a Caixa Econômica Federal (CEF) para recompor as perdas inflacionárias do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) registradas desde 1999. A decisão foi tomada em assembleia extraordinária no dia 27 de setembro, na sede da entidade, na Capital paulista. Deliberou-se, por unanimidade, pelo não pagamento inicial de qualquer valor, mas de honorários advocatícios de 20% apenas ao final da ação ao escritório Alino & Roberto Advogados Associados. Conforme autorizado pela assembleia, o sindicato atuará como substituto processual de todos os sócios, estando, portanto, esse



Diretoria Executiva e presidentes das delegacias sindicais definem ação que beneficiará engenheiros associados.

conjunto representado na ação. Não é necessária apresentação de documentos nesta primeira fase do processo, que deverá ser ajuizado nos próximos dias.

A iniciativa de buscar a recomposição se baseia na Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1999,

que definiu, entre outras regras, a correção do FGTS, com atualização monetária e juros, “de modo a assegurar a cobertura de suas obrigações”. Todavia, esse preceito legal não tem sido observado e o dinheiro do fundo dos trabalhadores tem, a

cada ano, sofrido sensivelmente com perdas inflacionárias.

Isso se deve, explica o Departamento Jurídico do sindicato, à composição dessa correção, estabelecida pelo Banco Central (BC), de 3% ao ano de juros mais a Taxa Referencial (TR), que, nos últimos meses, tem sido zero por cento. A TR é uma cesta de índices ligados ao sistema financeiro brasileiro e não tem qualquer relação com a inflação. A ação do SEESP requererá a substituição da TR por um índice que realmente reflita a inflação, como o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ambos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Mulheres da CNTU preparam encontro nacional

A segunda reunião do Coletivo de Mulheres da CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados), realizada em 20 de setembro, em São Paulo, deu passos importantes para a organização do 1º Encontro Nacional da Profissional Universitária, que acontecerá no dia 14 de março de 2014, integrando as comemorações do Dia Internacional da Mulher. Entre eles, a constituição das comissões de saúde, trabalho e política, que se debruçarão sobre os temas respectivos para formatar o evento do ano que vem. Também ficaram agendados novos encontros preparatórios para 29 de novembro e 7 de fevereiro.



Coletivo discute gênero sob a perspectiva de saúde, trabalho e política.

Ao abrir a atividade, a coordenadora-geral da iniciativa e vice-presidente da confederação, Gilda Almeida de Souza, destacou a atual condição feminina nos três aspectos que são foco do coletivo e a clara necessidade de avanços: “As mulheres são 54% do contingente que têm nível superior de escolaridade no País,

mas ocupam apenas 14% dos cargos de chefia e 10% das vagas no Congresso. A saúde é também questão importante para as mulheres, que cuidam de si mesmas e dos filhos.” Segundo ela, trabalhando com base nesse tripé, a CNTU pretende contribuir com propostas efetivas que combatam a desigualdade.

Campanha da Aesabesp de reúso de livros técnicos

A Associação dos Engenheiros da Sabesp (Aesabesp) iniciou a campanha “Relivro”, com o intuito de suprir a necessidade de uma demanda educacional, social e financeira, ao propor o reaproveitamento dos livros de engenharia. Os beneficiados são estudantes de engenharia do Estado de São Paulo que precisam de publicações técnicas para suas atividades acadêmicas.

Para participar, segundo informações da associação, basta se cadastrar pelo e-mail relivro@aesabesp.org.br e enumerar os livros de que dispõe para doação (título da obra, autor, ano). Se preferir, o doador pode levar sua remessa à sede da entidade, que fica na Rua 13 de Maio, 1.642, casa 1, Bela Vista, na Capital paulista, ou em um dos seus polos regionais. Mais informações pelos telefones (11) 3284-6420 e 3263-0484 ou no site www.aesabesp.org.br.

Qual o horizonte que sua empresa quer alcançar?

Anuncie no JE e divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.

(11) 99173-0651 – (11) 3284-9880

